

**O Mito do Crescimento Económico Infinito e os Seus Descontentes:
as contribuições teóricas e descoloniais do Sul**

Vico Dênis Sousa de Melo

2012

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia

Universidade de Coimbra

O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de

Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC/ III, Nº 8, 2012

<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n8/ensaios.php>

Resumo: percebendo a atualidade do pensamento econômico liberal como preponderante nas teorias econômicas vigentes, tem-se a necessidade de resgatar sua construção histórica e analisar seu discurso e concepções acerca de um “crescimento econômico infinito”. Nesse sentido, que autores latino americanos e africanos, ao longo das décadas de 1950 em diante, trazem a luz do debate os pressupostos liberais do crescimento/desenvolvimento das sociedades e nações. Foram expostos, à época, como resultado, que o processo de desenvolvimento capitalista trazia em seu cerne um desenvolvimento desigual, a partir de uma “destruição não-criativa”. Esse mecanismo de desestruturação provoca em sua matriz problemas sociais, ambientais e estruturais onde aplicado. Portanto, é essencial para o atual debate – principalmente de crise econômica – criticar e descolonizar os “mitos” ainda hegemônicos, além de expor possíveis contribuições do Sul.

Palavras-chave: crescimento econômico; desenvolvimento; pós-colonialismos; pós-desenvolvimentos.

1. Introdução

Quiçá nenhuma idéia haja contribuído tanto para ordenar nossas disquisições como a de que a civilização industrial é a resultante da convergência de dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa e a revolução científica. Revolução burguesa entendida como imposição da racionalidade instrumental à organização da produção, e revolução científica como predominância da visão da natureza como sistema dotado de uma estrutura racional, escrita em caracteres geométricos (...). É este um tema que continua a deslindar as fontes primárias da civilização industrial. (Furtado, 1978: 155)

A perspectiva da Escola Liberal da economia política, uma das teorias dominantes do pensamento ocidental, está incorporada no âmbito da economia a partir de seu desenvolvimento no Reino Unido, particularmente, Europa Ocidental e Estados Unidos. Receptora direta da tradição iluminista tem como agente principal o “homem econômico/racional”.

Desde Adam Smith (1723-1790)¹ até os pensadores da contemporaneidade compartilhou-se um conjunto de princípios para organizar e administrar uma economia de mercado. Assim, o liberalismo assegura condições para o progresso contínuo e inevitável das sociedades humanas, de modo a obter o máximo de eficiência, crescimento econômico e bem-estar individual, propondo que a razão humana leva à auto-regulação e ao equilíbrio da sociedade (Gilpin, 2002; Gonçalves, 2005).

O consumidor individual, a firma e a família são considerados como a base da sociedade, ao qual o mercado surge espontaneamente com intuito de satisfazer as necessidades humanas. A lógica do mercado, para os liberais, está fundamentada no aumento contínuo da eficiência econômica e na maximização do crescimento, presumido na idéia de que todos os indivíduos têm informações completas, podendo optar os melhores resultados de custo e benefício para eles.

Nesse sentido, o liberalismo pressupõe que

[...] a economia de mercado tem uma estabilidade inerente, e mostra uma forte tendência para o equilíbrio, pelo menos no longo prazo. Esse ‘conceito de equilíbrio auto-imposto e autocorrigível, alcançado pela contraposição de forças em um universo racional’ é crucial para a crença dos economistas no funcionamento do mercado e nas leis que o governam. (Gilpin, 2002: 47)

Outro forte pressuposto da escola liberal baseia-se na concepção de que a competição no mercado, tanto de produtores quanto de consumidores, promove uma harmonia entre seus interesses, superando qualquer conflito temporário. A partir

¹ Adam Smith foi um dos precursores da economia política clássica a partir do século XVIII, assim como o inglês David Ricardo (1772-1823).

dessas pressuposições que os liberais não aceitam a conexão tanto entre eventos políticos quanto os da guerra e do imperialismo. Pois,

[...] em essência, os liberais acreditam que o comércio e o intercâmbio econômico constituem uma fonte de relações pacíficas entre as nações, porque os benefícios recíprocos do comércio e da interdependência em expansão entre as economias nacionais tenderão a promover entre elas relações cooperativas. Enquanto a política tende a dividir, a economia une os povos. Uma economia internacional liberal será uma influência moderadora sobre a política internacional a criar laços de interesse comum e um compromisso com o *status quo*. (Gilpin, 2002: 49)

Esse processo pode ser analisado a partir da expansão histórica do pensamento iluminista no Ocidente – século XVII em diante –, que tem como fundamentos a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. A liberdade individual se torna o centro da discussão sobre política à medida que a filosofia política e econômica iluminista promove a centralidade dos direitos individuais².

2. O Crescimento Econômico Infinito

Without the affront to human and national dignity caused by the intrusion of more advanced powers, the rate of modernization of traditional societies over the past century-and-a-half would have been much slower than, in fact, it has been. (Rostow, 1959: 06)

A teoria econômica liberal pode ser caracterizada de duas formas: a economia política clássica e a neoclássica. A primeira, respectivamente, está fundamentada nos preceitos teóricos de Adam Smith e David Ricardo, em meados do século XVIII e início do XIX. Estes foram os introdutores da concepção do “homem econômico/racional”. O “homem econômico” se fundamenta na produção e consumo de bens materiais de

² Esteve associado a autores da filosofia política como Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), aos empiristas ingleses Locke (1632-1704), Hume (1711-1776).

uma forma racional, o que leva a uma situação de concorrência e consumo perfeito, além de um mercado de “auto-regulação”.

De acordo com o próprio Adam Smith:

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial. (Smith, 2000: 81)

Outro ponto de grande relevância no pensamento da economia clássica foi a teoria das vantagens comparativas que tem como base a idéia de que uma nação deve exportar e focar sua produção sempre naquele produto de tendência histórica de produção e que consegue produzir com custos relativamente menores do que outros. Parte-se do pressuposto de que as nações devem se especializar nesses produtos para o comércio internacional.

A economia neoclássica, surgida entre os séculos XIX e XX, ainda hoje tem grande influência nos meios acadêmicos e nas relações econômicas internacionais³, tendo como ponto de abordagem a microeconomia e o forte apelo matemático, pautada na lógica positivista. Argumenta que a economia sempre tende a um ponto de equilíbrio, levando à concorrência perfeita.

Países que tenham abundância de capital, de acordo com os neoclássicos, teriam a característica de exportar produtos de uso intensivo de capital, enquanto os países com abundância em mão-de-obra tenderiam a exportar produtos que usam a força produtiva do trabalho intensivamente. Apesar dessa problemática, estariam disponíveis às sociedades tecnologia e capital, na perspectiva de um comércio verdadeiramente liberal.

³ Fizeram parte desta “escola” Carl Menger (1840-1921), o inglês William Stanley Jevons (1835-1882) e o suíço Léon Walras (1834-1910). Também se destacaram o inglês Alfred Marshall (1842-1924), o sueco Knut Wicksell (1851-1926), e o estadunidense Irving Fisher (1867-1947).

A concepção do crescimento econômico infinito funda-se nos princípios do liberalismo econômico. A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna. Como já afirmado anteriormente, também estaria caracterizada pela busca de uma produtividade máxima, assim como a criação de investimentos e a geração de poupança, levando à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, conseqüentemente, de cada sociedade.

A teoria do “crescimento/desenvolvimento”⁴ buscou localizar e analisar os obstáculos à implantação da modernidade, procurando instrumentalizar formas de atuação capazes de almejar os resultados desejados nessa perspectiva, no intuito de aproximar cada sociedade existente da “sociedade de consumo em massa”⁵ imaginada como ideal.

Em meados dos anos 1950, a teoria do desenvolvimento alcançou o auge no meio internacional, expostas nas obras de Walt Whitman Rostow (1916-2003). Rostow partia da concepção que todas as sociedades pré-capitalistas – ou “subdesenvolvidas” – como tradicionais. Ressaltava em suas obras os vários estágios ou fases do desenvolvimento nas sociedades. Suas obras tiveram – e ainda têm – grande reverberação no pensamento econômico ocidental, levando diversos Estados a formularem suas políticas econômicas de acordo com suas concepções⁶.

O autor lançou concepções e condicionantes para o verdadeiro crescimento econômico e, conseqüentemente, para atingir o nível de desenvolvido. Em suas obras, Rostow destacou cinco estágios essenciais para a concretização desses pressupostos: i)

⁴ O debate mais intenso sobre a “teoria do desenvolvimento” se deu entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente, ligadas aos teóricos da escola liberal – tendo maior reverberação Walt Rostow – e aos teóricos críticos das escolas cepalinas, da dependência e pós-coloniais. Esse foi (e é) um dos grandes debates acerca das políticas econômicas nos estados e suas sociedades.

⁵ Termo cunhado por Walt Rostow acerca do último estágio das sociedades desenvolvidas, seguindo um percurso linear das sociedades tradicionais, seguindo por um “take-off” até a sociedade de consumo em massa.

⁶ De forma espontânea ou muitas vezes imposta por Organizações Internacionais Governamentais (OIGs), como Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial (BM).

a sociedade tradicional; ii) as condições para a “decolagem”; iii) a decolagem; iv) o caminho para maturidade, e; v) a era do grande consumo de massa.⁷

Rostow determinava, em seu pensamento, que o subdesenvolvimento era uma etapa anterior do desenvolvimento capitalista. As etapas relatadas ao longo de suas obras seriam metas a serem almejadas pelos estados, como condicionantes a uma “decolagem” – em uma perspectiva predominantemente econômica – rumo ao seleto grupo de países com alto grau de desenvolvimento.

Assim, esse processo tenderia a iniciar-se com a “decolagem” – o “take-off”, exemplificados através dos acontecimentos econômicos e produtivos ocorridos na Inglaterra da Revolução Industrial, nos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão, na Alemanha à época de Bismarck e no Japão na era da Restauração Meiji. É baseado nesses acontecimentos que Rostow

[...] have suggested in an earlier article, the take-off consists, in essence, of the achievement of rapid growth in a limited group of sectors, where modern industrial techniques are applied. Historically, the leading sectors in take-off have ranged from cotton textiles (Britain and New England); to railroads (The United States, France, Germany, Canada, Russia); to modern timber cutting and railroads (Sweden). In addition, agricultural processing, oil, import substitution industries, ship-building, and rapid expansions in military output have helped to provide the initial industrial surge. (Rostow, 1959: 07)

A questão do desenvolvimento passou a ser, dessa forma, um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas. Elas estariam interligadas e acabariam por ocorrer domesticamente em determinados países – sempre que esses dessem as condições ideais ao processo de “decolagem”. Foi nesse momento histórico que nasceram diversas organizações de desenvolvimento, assim como especialistas e inúmeros cursos universitários sobre o mesmo, caracterizando-se como a “era do desenvolvimento” (Abrahamsen, 2000: 16).

⁷ Tradução livre do autor. De acordo com o original seriam estas:” i) the traditional society; ii) the preconditions for take-off; iii) the take-off; iv) the drive to maturity; v) the age of high mass consumption” (Rostow, 1959: 01).

3. Os Descontentes das Teses Econômicas Liberais

A eficácia do liberalismo corresponde a uma realidade social em que o avanço da técnica opera no sentido de abrir caminho à solução dos conflitos sociais ensejados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. Nos países subdesenvolvidos, nem a penetração do progresso tecnológico facilita a solução dos conflitos sociais de natureza substantiva (...). A inadequação desses esquemas ideológicos é particularmente grave (...). Um trabalho criador nesse plano é essencial e urgente. E para que tenha eficácia deverá realizar-se nos próprios países subdesenvolvidos. (Furtado, 2003: 100-101)

Em princípios dos anos 1960 as teorias do “desenvolvimento”⁸ começaram a perder relevância no contexto das antigas colônias ocidentais, principalmente na América Latina e em África. Deu-se pela incapacidade do capitalismo em reproduzir as mesmas experiências do desenvolvimento nas ex-colônias – a maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo em países que apresentavam elevadas taxas de crescimento econômico, a exemplo dos latino-americanos, cuja independência política foi alcançada em princípios do século XIX. Todavia, esses países encontravam-se limitados pela dependência econômica e política da economia internacional, promovidas por suas elites nacionais.

Formava-se no contexto latino americano e africano um grupo de pensadores que contestavam o receituário do pensamento econômico vigente, acerca da “decolagem” e as conseqüentes modernizações. Para autores como Celso Furtado, Andre Gunder Frank, Kwane Nkrumah e Walter Rodney – em um primeiro momento e, guardando, claro, as suas peculiaridades e especificidades – o subdesenvolvimento estaria conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados.

Dessa forma, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, não só fazem parte do mesmo processo “universal” capitalista como estão imbuídos em aspectos diferentes. Ou seja, o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira – na visão de Rostow como “sociedades tradicionais” – para um processo evolucionista ou para o “take-off”. A dependência não se manifesta só por fenômenos

⁸ Teoria do desenvolvimento como pressuposto liberal de crescimento econômico infinito, ou seja, o desenvolvimento em um processo de “fases”.

externos, mas também sob diferentes formas na estrutura interna das sociedades (Dos Santos, 2000: 09-10).

3.1 As primeiras críticas do Sul a idéia do “crescimento/desenvolvimento”

Para tentar analisar os diferentes processos de acumulação, produção e crescimento entre as clivagens Norte/Sul, partem das diferentes realidades sociais, econômicas e culturais entre esses. Apesar da visão de Rostow sobre o desenvolvimento de países como EUA, Inglaterra, entre outros, há que se ter em mente suas particularidades históricas.

Havia a necessidade de resgatar a importância histórica da colonização como um dos fatores de promoção da desigualdade das sociedades tidas como “subdesenvolvidas”. Gunder Frank ressaltou a importância de que,

We cannot to formulate adequate development theory and policy for the majority of the world's population who suffer from underdevelopment without first learning how their past economic and social history gave rise to their present underdevelopment.
(Frank, 1996: 17)

Em um primeiro momento, os teóricos cepalinos⁹ e da dependência entoaram uma crítica à modernização e não ao desenvolvimento, ao qual o subdesenvolvimento era causa das relações desiguais entre o centro-periferia e das burguesias nacionais “nada nacionais”. Essas teorias questionaram o desenvolvimento capitalista, mas não suas problemáticas intrínsecas, propondo um desenvolvimento com equidade.

Nesse sentido o crescimento das economias dominantes se deu, numa primeira fase, pelo progresso tecnológico dos bens de capital – aqueles que produzem bens para a indústria –, levando ao aprofundamento da formação e acumulação de capital. Esse rápido progresso tecnológico favoreceu a absorção dos excedentes de mão-de-obra, além da emigração de populações à época colonial.

⁹ Foram aqueles que atuaram diretamente na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) durante os anos 1950-1980, principalmente, pensadores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso – este último fazendo parte da “escola da dependência” – entre outros.

Num segundo momento, o desenvolvimento capitalista se baseou fortemente na expansão do progresso técnico-científico como meio de aumentar o crescimento econômico, assim como a preservação do sistema de poder existente no contexto internacional (Furtado, 2003: 91-92).

O subdesenvolvimento seria conseqüência direta do desenvolvimento e do impacto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Dessa forma,

Subdesenvolvimento só tem sentido se encarado como um modo de comparar diversos níveis de desenvolvimento. Está particularmente ligado ao facto de a evolução das forças produtivas ter sido historicamente desigual e, dum ponto de vista estritamente econômico, alguns grupos humanos terem avançado mais depressa que outros, a ponto de produzirem mais e serem mais ricos. (Rodney, 1975: 26)

O crescimento econômico em condições de subdesenvolvimento apresenta características distintas dos países centrais. Entre essas, encontram-se problemas como a inserção no mercado internacional via exportação de produtos primários – mediante recursos naturais e agrários –, além de mão-de-obra abundante em seus territórios.

É nessa perspectiva que Kwame Nkrumah (1967) criticou o processo de desenvolvimento, à época, como neocapitalismo/neocolonialismo, em contexto africano, ao qual o desenvolvimento tem estado organizado por uma economia de tipo colonial. Como forma de sair dessa espiral de dependência, se fazia necessário um novo padrão de desenvolvimento, onde

[...] a agricultura poderia ser modernizada mais rapidamente, com maior capital à sua disposição. Indústrias em escala maior e mais econômicas poderiam ser planejadas. Estas teriam condições econômicas para utilizar novas técnicas que exigem pesados desembolsos de capitais. (Nkrumah, 1967: 31)

Para Nkrumah a DIT é a grande responsável pela manutenção do “status quo” entre as nações “desenvolvidas” e as “subdesenvolvidas”. Mesmo no período pós-independência das nações africanas, estas continuavam imbuídas numa troca desigual

no mercado internacional, necessitando de “algo da natureza de uma revolução econômica” como meio de modificar a estrutura (Nkrumah, 1967: 25).

No contexto latino americano, onde o processo de industrialização via substituição de importações foi implementado, este ocorreu com intuito de atingir o modelo de desenvolvimento moderno. Entretanto, os processos decorridos da modernização econômica – incluídos a concentração e mecanização das terras produtivas – resultou em uma elevada urbanização dos centros urbanos¹⁰.

Dessa perspectiva que autores como Furtado vão modificar o estudo do objeto de análise, em certa medida, do desenvolvimento e subdesenvolvimento, cujo último

[...] não pode ser estudado como uma “fase” do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna. (Furtado, 2003: 88)

Os países não-ocidentais não poderiam aplicar o mesmo receituário dos países de alto progresso tecnológico, em vista das diferenças estruturais – econômicas e sociais –, não podendo, portanto, reproduzir as experiências dos dominantes. Mas é a partir de meados da década de 80 em diante do século XX, autores como Furtado, Escobar e Chakrabarty trouxeram contribuições ao estudo e a crítica ao “desenvolvimento”, além de tentar propor novos conceitos.

3.2 Segunda crítica ao “crescimento/desenvolvimento” e para além

O impacto da ideologia do progresso-acumulação nas sociedades foi tão profundo e abrangente, que acabou reverberando no próprio pensamento contestatário surgido na luta de classes. Apesar de estar orientado numa concepção

¹⁰ O grande fluxo de migração dos campos para as cidades geraram sérios desajustes sociais e econômicos em diversos países latino americanos, como no caso brasileiro. O alto crescimento industrial, somado ao processo de expulsão dos camponeses para os centros urbanos e ao autoritarismo político, promoveram aumento vertiginoso da concentração e desigualdade da renda.

da destruição da ordem capitalista, incorporou em seu pensamento a lógica do progresso e do tempo linear, passando das visões de um “socialismo utópico” para o “científico”.

A construção da crítica marxista ao modo de produção capitalista pode ser percebido em três momentos especiais:

[...] primeira, a constituição do materialismo histórico nos finais do século XIX, como um produto da hibridação marxo-positivista, no tardio Engels e nos teóricos da Social-Democracia europeia, especialmente alemã (...). Segunda, a canonização da versão chamada marxismo-leninismo, imposta pelo despotismo burocrático estabelecido sob o estalinismo a partir de meados dos anos 20. Finalmente, a nova hibridação desse materialismo histórico com o estruturalismo, especialmente francês, depois da Segunda Guerra Mundial. (Quijano, 2010: 101)

A ideia de superação das contradições do sistema capitalista através de uma ruptura e reconstrução da superestrutura – calcada nos ideais marxistas –, demonstra a visão do futuro como promessa de um mundo melhor. É nessa perspectiva que o desenvolvimento serviu para garantir a consciência de solidariedade internacional, no processo de expansão da “civilização industrial” no quadro da dependência (Furtado, 1978).

A história dos povos ao longo de sua trajetória passa a ser vista como uma competição, baseando-se no ideário do desenvolvimento. Seu discurso está intrinsecamente ligado com as noções do progresso e evolução com efeito marcante na sociedade ocidental, com ascensão do capitalismo e a modernidade e institucionalizada pós-Segunda Guerra Mundial (Abrahamsen, 2000: 15).

De acordo com Furtado a concepção de desenvolvimento

Apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estreitamente economicista. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão. (Furtado, 1978: 78)

O conceito de associação do desenvolvimento foi apresentado como um conceito moral e humanitário, com obrigações éticas das nações ricas ajudarem as menos “afortunadas”. Esse discurso ganhou força principalmente em tempos de Guerra Fria, pelos EUA e seus aliados, cujo medo era representado pela possibilidade de revolta nos países mais pobres e sua migração para a área de influência soviética.

Havia a necessidade de levar o progresso e a prosperidade a essas áreas como modo de aplinar movimentos reivindicatórios. A visão em relação ao mundo subdesenvolvido era uma “lack of development, the absence of ‘technical knowledge’, ‘scientific advances’, prosperity, progress and so on” (Abrahamsen, 2000: 18). A própria ideia do progresso foi usada a favorecer um imbricamento entre grupos e classes sociais que tinham interesses econômicos antagônicos, buscando cimentar a solidariedade entre esses grupos.

3.3 A necessidade de descolonizar o ideário e propor novas concepções

Essa forma de visão se sustenta no pressuposto de uma história calcada em um tempo linear, movendo-se em direção ao progresso – como já afirmado anteriormente, o pensamento marxista não foge a essa lógica. Há uma necessidade e um desafio de romper a monocultura dominante da economia política, a partir de uma “negociação, absorção e diálogo” entre diferentes saberes e conhecimentos, com intuito de criar possibilidades além do monopólio do saber (Meneses, 2009: 230).

É necessário trazer ao debate “projetos descoloniais”, primeiro como necessidade de descolonizar termos capturados pelo pensamento econômico ocidental e, logo após, divulgar e propor diferentes tipos de práticas e disciplinas. Resumindo, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos tem-se a

Começar por um procedimento que designo por *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas.

O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. (Santos, 2002: 246)

Nessa perspectiva há que se mover o estudo para além da forma predominante do capital na economia, sendo esta uma construção histórica da modernidade europeia e não global (Chakrabarty, 2008; Escobar, 2010). O próprio historicismo e suas particularidades encontram-se contaminado com a unicidade do pensamento hegemônico moderno, ao qual “the street vendor in Rio, the South African miner, the Landak family in the Himalayas, and the Kikuyu in Kenya become one and the same: poor and underdeveloped” (Abrahamsen, 2000: 18).

Neutraliza-se e cancela as diferentes contingências entre as sociedades com intuito de homogeneizar a pluralidade e impor os preceitos dominantes. A própria categoria de “capital” é advinda do pensamento iluminista, fazendo parte de uma realidade eurocêntrica – em um primeiro momento.

Outro ponto a ser posto em efetividade é a *Sociologia das Emergências*, com intuito de expor a falha da crença do tempo linear da ciência moderna e do futuro – como um mar de possibilidades ou de incertezas. Segundo Santos (2002: 254), “a sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro (...) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado”.

Assim, o pensamento pós-colonial exige uma crítica de várias perspectivas sobre a hegemonia do conhecimento, afirmado anteriormente, como do capital, desenvolvimento e modernidade. Também na tentativa de buscar outros cenários, através de uma transformação do monopólio da economia e do conhecimento, em uma forma “pós-capitalista, pós-liberal e pós-desenvolvimento” (Escobar, 2010: 11).

Escobar analisou essas perspectivas aos quais:

post-liberalism, as a space/ time when social life is no longer seen as so thoroughly determined by the constructs of economy, individual, instrumental rationality, private property, and so forth as characteristic of liberalism modernity. It is not a state to be arrived at in the future but something that is always under construction. ‘Postcapitalist’ similarly means looking at the economy as made up of a diversity of

capitalist, alternative capitalist, and non-capitalist practices where the domain of ‘the economy’ is not fully and ‘naturally’ occupied by capitalism but by an array of economies – solidarity, cooperative, social, communal, even criminal economies that cannot be reduced to capitalism. (Escobar, 2010: 12)

Essas noções levam a concepção de que a economia não é essencialmente capitalista em sua história e nas diversas regiões do globo, como a economia política hegemônica tenta afirmar. Todavia, esses pressupostos não levam a situação de um fim do capitalismo, do liberalismo ou do desenvolvimento, ou seja, de que esses deixariam de existir. O que ocorreria, nada mais era que a descolonização de seus discursos, assim como o deslocamento de sua centralidade no “mundo da vida”.

Existem como alternativas, sem procurar sobrepor-se as formas dominantes – e tornar-se assim, produto da racionalidade moderna –, economias solidárias, cooperativas de pequenos artesãos e agricultores, associações de micro-crédito, entre outras formas (Santos, 2002: 259; Escobar, 2010: 12). Entre esses, encontram-se os casos brasileiros de formação de cooperativas da agricultura familiar (micro-agricultores) representada pela União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), criada em 2005, e pelo apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo governo federal em 1995.¹¹

A Unicafes visa prover aos pequenos agricultores, condições de negociar melhores contratos e preços mais justos para insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos com as grandes empresas que dominam os ramos do agronegócio. Apesar de servir como mecanismo de inserção ao mercado, as cooperativas também servem como proteção às práticas perversas do mesmo, as quais foram responsáveis por 37,2% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e de 5,4% do PIB brasileiro em 2009, garantindo cerca de U\$ 3,6 bilhões em exportações.¹²

O Pronaf tem como princípio dar provimentos financeiros às atividades agropecuárias e não agropecuárias (entendidas como turismo rural, produção

¹¹ Para melhor entendimento, ver: <http://www.unicafes.org.br/index.php>; e, <http://www.portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acessado em: 15/ 11/2011.

¹² Dados disponíveis em: <https://www.fao.org.br/cacrfp.asp>. Acessado em: 23/11/2011.

artesanal, etc.) exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e familiar. Como exemplo, foram destinados às safras de 2009 a 2011 um total de R\$ 26 bilhões.¹³ A agricultura familiar, apesar de representar 84,4% dos estabelecimentos agropecuários e só ocupar 24,3% da área total – em vista da imensa desigualdade e exclusão de terras no Brasil – ela foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão e 58% do leite, por exemplo.¹⁴

Tendo em vista essas perspectivas apresentadas e a grande variedade teórica advinda do “Sul” mostra-se deveras relevante e efetiva os casos aplicados e em aplicação. Assim, a produção e o conhecimento não se resumem a uma verdade única e excludente, mas sim a uma gama de contribuições para o entendimento da economia, dos grupos sociais, Estados e da política internacional. Cox afirma que:

The movement presupposes rediscovery of social solidarity and of confidence in a potential for sustained collective creativity, inspired by a commitment to social equity, to reciprocal recognition of cultural and civilizational differences, to biospheric survival and to non-violent methods of dealing with conflict. The supreme challenge is to build a counter-hegemonic formation that would embody these principles; and this task implies as a first step the working out of an ontology that focuses attention on the key elements in this struggle. (Cox, 2002: 94)

Portanto, se faz necessário trazer a luz do debate contribuições além do pensamento abissal moderno. Das imensas possibilidades de outras formas de conhecimento advindas do Sul, especialmente aqueles que não lhes dão a voz para

¹³ Maiores informações: <http://www.portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acessado em: 20/10/2011.

¹⁴ Esses dados estão baseados no Censo Agropecuário promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2006. De acordo com o IBGE (2006) “Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Em 2006, a agricultura familiar era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo”. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1. Acessado em: 10/11/2011.

contribuir na formação de saberes globais, sem a separação entre “o lado de lá e o lado de cá” (Santos: 2002).

4. Considerações Finais

Como foi exposto ao longo do trabalho, o liberalismo econômico incorpora um conjunto de instrumentos analíticos com o intuito de a sociedade maximizar os seus ganhos a partir de uma escassez de recursos. O mercado representa o principal meio de regulação social e econômica, promovendo benefícios mútuos. Esses princípios residem na crença do homem econômico e racional, que tem todas as informações disponíveis para si.

Esse processo pode ser analisado a partir da expansão do pensamento iluminista entre os séculos XVI ao XVIII, fundamentado na crença da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. A meta do Iluminismo era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber racional e científico.

O mundo liberal é isento de fronteiras políticas e imposições sociais, ao qual os indivíduos seriam homogêneos, iguais e racionais. Outro ponto de expressão dessa premissa é a concepção de que o comércio livre induz, conseqüentemente, ao desenvolvimento recíproco, assegurando ganhos a todos.

Essa crença é uma tentativa de aplainar as diferenças e complexidades intrínsecas de cada sociedade. O que se observou – e ainda está fortemente presente – são as diferenças econômicas, sociais e políticas em dadas regiões, assim como a promoção de imposições pelo receituário dominante.

Centrando-se nessas premissas que, nos anos 1960, diversos autores latino americanos e africanos, como Furtado, Gunder Frank, Nkrumah e Rodney promoveram uma série de análises e críticas ao mito do crescimento econômico infinito. Esses autores foram caracterizados nesse trabalho como parte dos primeiros pensamentos críticos à crença do desenvolvimento como uma fase.

Focaram-se, sobretudo, nas concepções do desenvolvimento desigual do capitalismo global. Esse processo acarretava num aumento da dependência econômica, social e política aos países de avançada industrialização técnico-científica.

A dependência era o resultado da exploração centro-periferia desde os tempos coloniais, ao qual o subdesenvolvimento seria consequência direta do desenvolvimento.

A partir dos anos 1980 em diante, uma gama de autores reiniciou o movimento de estudo e crítica da idéia de desenvolvimento/subdesenvolvimento, assim como os ideários do liberalismo. O discurso estava intrinsecamente ligado as noções do progresso e modernidade – fundados na sociedade ocidental com a ascensão do capitalismo –, institucionalizada pós-Segunda Guerra Mundial através de diversos organismos internacionais, tendo o Banco Mundial como principal provedor dos mecanismos para o desenvolvimento.

Para além da desconstrução da ideologia do crescimento infinito baseado num futuro de grandes expectativas e do progresso incessante, também há outras formas de produção de conhecimentos e saberes, além das práticas já utilizadas e ainda invisibilizadas. A isso se faz necessário resgatar a sociologia das ausências e das emergências, com intuito de demonstrar o falhanço do discurso hegemônico e clarificar as diversas formas de produção do conhecimento.

Os pós-colonialismos têm importante função nesse projeto como ponto de encontro e de crítica entre as várias formas do conhecimento hegemônico moderno, procurando refletir e descolonizar as imposições do pensamento abissal. O questionar tem a sua importância, em vista da abertura de possibilidades para possíveis mudanças, transformações e maiores compreensões da pluralidade global.

Em tempos de crise econômica, social e política instalada em nível mundial, mas com forte presença na Europa e Estados Unidos, os pressupostos dominantes do liberalismo estão mais presentes em forma de: reformas econômicas através do aumento da hora trabalhada, diminuição dos salários, corte em investimentos e ultra-ortodoxia; reformas políticas a partir de decisões e quedas de representantes de governos pelo mercado, e; reformas sociais com a diminuição dos gastos em áreas sociais, de seguros-desemprego, pensões, etc.

Criticar e propor contornos diferentes nesse momento de crise é essencial, como implementação de economias solidárias, cooperativas da agricultura familiar, associação de micro e pequenos produtores e de micro-crédito, sem necessariamente

sair completamente da lógica do capital, mas em formas muito menos incisivas e desestruturadoras, em um âmbito macro, que as atuais reformas impõem verticalmente – de cima para baixo – e antidemocraticamente.

Portanto, outras formas de conhecimento e de saberes, assim como outras globalizações são possíveis. Só é preciso alargar e clarificar as diversas possibilidades existentes, abrir novos horizontes e dialogar, principalmente, com outros conhecimentos, saberes disponíveis e práticas que são implementadas e desenvolvidas ao Sul do Equador – metaforicamente e geograficamente.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAMSEN, Rita (2000), *Disciplining Democracy: Development Discourse and Good Governance in Africa*. London: Zed Books Ltd.
- CHAKRABARTY, Dipesh (2008), *Provincializing Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- COX, Robert (2002), *The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on power, morals and civilization*. London and New York: Routledge.
- DOS SANTOS, Theotônio (2000), *Teoria da Dependência: balanço e perspectiva*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- ESCOBAR, Arturo (2010), “Latin America at a Crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development?”, *Cultural Studies*, vol. 24, n.º 01, 01-65.
- FRANK, Andre Gunder (1996), “The Development of Underdevelopment”, *Monthly Review*, 18(4), 17-31.
- FURTADO, Celso (1978), *Criatividade e Dependência*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (2003), *Raízes do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- GILPIN, Robert (2002), *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora UnB.
- GONÇALVES, Reinaldo (2005), *Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- MENESES, Maria Paula (2009), “Justiça Cognitiva”, in Luiz Inácio Gaiger, Pedro Hespanha, Antônio Cattani e Jean-Louis Laville (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- NKRUMAH, Kwame (1967), *Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- QUIJANO, Anibal (2010), “Colonialidade do poder e classificação social,” in Boaventura de Sousa Santos e Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- RODNEY, Walter (1975), *Como a Europa Subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova.
- ROSTOW, Walter W. (1959), “The Stages of Economic Growth”, *The Economic History Review*, Vol. 12, n.º 1, 1-16.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.